





"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados."

Visão

"Gerar Soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e à comunidade."

Valores

"Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade, e responsabilidade"

1.0 MENSAGEM DO CONSELHO

Caro associado, estamos novamente chegando até você para, por meio das demonstrações contábeis a seguir, lhe expor o desempenho do Sicoob Palmeiras no ano de 2016. Por mais um ano, mais uma vez com a graça de Deus e o somatório de esforços do nosso Conselho de Administração, Fiscal, diretoria executiva e funcionários, apresentamos números positivos e grande crescimento.

Todavia, o grande artífice deste excelente desempenho são vocês donos desta cooperativa, que ao direcionarem seus recursos, operações de crédito e serviços financeiros produziram este resultado aqui explicitado.

Agradecemos todos os

cooperados pelas conquistas de 2016 e contamos com a participação ativa de todos vocês, novamente neste ano corrente, para que somado ao crescimento do quadro social e esforço de toda equipe, possamos fazer de 2017 um ano de vitórias e crescimento, apesar dos desafios que iremos enfrentar.

Que Deus continue iluminando nossa jornada, já iniciada em 1º de janeiro, pois somente com cooperação, ética, transparência e trabalho de todos nós é que conseguiremos suplantar os pequenos e grandes obstáculos.

Um abraço a todos!

José Renner de Sousa Rates Presidente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2016



DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL LEVANTADA EM 31.12.2016 E 31.12.2015 BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$)

ATIVO CIRCULANTE 41.132.697 43.555.627 PASSIVO CIRCULANTE 25.712.900 31.396.77 DISPONIBILIDADES 293.941 317.236 DEPÓSITOS MOTA.10) 14.437.446 12.161.1 Caixa e Equivalentes de Caixa 293.941 317.236 DEPÓSITOS A VISTA 5.980.691 8.456.755 6.486.4 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (MOTA.4) 15.783.360 15.480.131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (MOTA.11) 7.450.777 14.197.8 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (MOTA.1) 15.783.360 15.480.131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (MOTA.11) 7.450.777 14.197.8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (MOTA.5) 28.066.338 27.530.565 RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIAS (MOTA.11) 2.451.400 4.241.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 28.066.338 27.530.565 RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS 2.451.400 4.241.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (MOTA.5) 28.468.352 27.782.410 (.402.014) (.251.845) OUTROS CRÉDITOS (MOTA.6) 770.210 216.335 (COB E ARRECAD. DE TRIBLE ASSEM. 2.599 12.2 FISCALS A RECEBER 12.246 11.360 SOCIAIS E ESTATUTARIAS 354.064 293.7 FISCALS E PREVIDENCIARIAS 392.850 DIVERSOS NITERE PREVIDENCIARIAS 392.850 DIVERSOS 00 O PASSIVO NÃO CIRCULANTE (MOTA.15) 103.198 103.1 OUTROS VALORES E BENS 0 0 PASSIVO NÃO CIRCULANTE (MOTA.15) 103.198 103.1 OUTROS VALORES E BENS 0 0 PASSIVO NÃO CIRCULANTE (MOTA.15) 103.198 103.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (MOTA.7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÓNIO LÍQUIDO (MOTA.16) 29.008.355 25.146.4 OUTROS VALORES E DENS 0 0 O PASSIVO NÃO CIRCULANTE (MOTA.15) 103.198 103.198 103.194 (MOTA.15) 103.198 1				LIM III)		
DISPONIBILIDADES 293.941 317.236 DEPÓSITOS (NOTA 10) 14.437.446 12.161.1 Caixa e Equivalentes de Caixa 293.941 317.236 DEPÓSITOS (NOTA 10) 5.080.691 5.676.6 DEPÓSITOS A INSTA 5.080.691 5.676.6 DEPÓSITOS A PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEPOSITOS OUTROS DEPOSITOS DE POSITOS A PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEL PRAZO 0.000 8.456.7 OUTROS DEL PRAZO 0.000 8	ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	31/12/2015	31/12/2015
DISPONIBILIDADES 293.941 317.236 DEPÓSITOS (NOTA 10) 14.437.446 12.161.1 Caixa e Equivalentes de Caixa 293.941 317.236 DEPÓSITOS (NOTA 10) 5.080.691 5.676.6 DEPÓSITOS A INSTA 5.080.691 5.676.6 DEPÓSITOS A PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEPOSITOS OUTROS DEPOSITOS DE POSITOS A PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.777 14.197.8 DEPOSITOS DE LA PRAZO 0.000 8.456.755 6.484.4 OUTROS DEL PRAZO 0.000 8.456.7 OUTROS DEL PRAZO 0.000 8						
Caixa e Equivalentes de Caixa 293,941 317,236 DEPÓSITOS A VISTA DEPÓSITOS A PRAZO DUTROS DEPOSITOS A RASAO OUTROS DEPOSITOS A PRAZO OUTROS DEPOSITOS RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 1) 15,783,360 15,480,131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 1) 7,450,777 14,197,8 RELAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) 28,066,338 27,530,565 SECUR SOS ER CRÉDITO (NOTA 5) 28,066,338 27,530,565 SECUR SOS EN TERRINANCEIROS 24,463,352 27,782,410 OUTROS CREDITOS MOTA 6) 782,465 227,695 RENDAS A RECEBER 12,246 DIVERSOS 770,210 OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14) 1,373,277 796,0 OUTROS VALORES E BENS O OUTRAS OBRIGAÇÕES OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5,366,026 9,216,360 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103,198 10	ATIVO CIRCULANTE	41.132.697	43.555.627	PASSIVO CIRCULANTE	25.712.900	31.396.774
Caixa e Equivalentes de Caixa 293,941 317,236 DEPÓSITOS A VISTA DEPÓSITOS A PRAZO DUTROS DEPOSITOS A RASAO OUTROS DEPOSITOS A PRAZO OUTROS DEPOSITOS RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 1) 15,783,360 15,480,131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 1) 7,450,777 14,197,8 RELAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) 28,066,338 27,530,565 SECUR SOS ER CRÉDITO (NOTA 5) 28,066,338 27,530,565 SECUR SOS EN TERRINANCEIROS 24,463,352 27,782,410 OUTROS CREDITOS MOTA 6) 782,465 227,695 RENDAS A RECEBER 12,246 DIVERSOS 770,210 OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14) 1,373,277 796,0 OUTROS VALORES E BENS O OUTRAS OBRIGAÇÕES OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5,366,026 9,216,360 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103,198 10	DISPONIBILIDADES	293.941	317.236	DEPÓSITOS (NOTA 10)	14.437.446	12.161.161
DEPÓSITOS A PRAZO OUTROS DEPOSITOS 8.456.755 6.484.4 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4) 15.783.360 15.480.131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11) 7.450.777 14.197.8 CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA 15.783.360 15.480.131 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11) 7.450.777 14.197.8 DPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) 28.066.338 27.530.565 RELAÇAO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 13) 2.451.400 4.241.7 DPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) 28.066.338 27.530.565 RELAÇAO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 13) 2.451.400 4.241.7 DPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) 28.468.352 27.782.410 (-)PROVISÃO PARA CLD (-402.014) (251.845) DUTROS CRÉDITOS (NOTA 6) 782.456 227.695 DUTROS CRÉDITOS (NOTA 6) 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 270.335 DIVERSOS 770.210 270.335 DIVERSOS 770.210 770	Caixa e Equivalentes de Caixa	293.941				5.676.686
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 1) 15.783.360 15.480.131 REPASSES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11) 7.450.777 14.197.8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5) 28.066.338 27.530.565 RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 13) 2.451.400 4.241.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 28.066.338 27.530.565 RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 13) 2.451.400 4.241.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 28.066.338 27.530.565 RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS 2.451.400 4.241.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) 28.468.352 27.782.410 (.)PROVISÃO PARA CLD (.402.014) (.251.845) OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6) 782.456 27.762.400 DIVERSOS 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 216.335 DIVERSOS 770.210 00TROS VALORES E BENS 0 0 0UTROS VALORES E BENS 0 0 0UTROS VALORES E BENS 0 0UTROS VALORES E BENS 0 0 0UTROS OLICULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 0PERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.306.026 9.216.360 CAPITAL A REALIZAR (.215.421) (.216.04 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 19.225.9 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0 0 0UTRAS ORIGIAÇÕES DE USO (.) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 INOSILIZAÇÃO ACUMULADAS (423.238) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 30.633 30.633 (.) AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (226.601) (225.402)	·			DEPÓSITOS A PRAZO	8.456.755	6.484.476
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA 15.783.360 15.480.131 REPASSES INTERFINANCEIROS 7.450.777 14.197.8				OUTROS DEPOSITOS		
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA 15.783.360 15.480.131 REPASSES INTERFINANCEIROS 7.450.777 14.197.8	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)	15.783.360	15.480.131	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	7.450.777	14.197.800
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 28.066.338 27.530.565 RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS 2.451.400 4.241.7 Setor Privado 28.468.352 27.782.410 (-9.014) (251.845) (-9.014) (-9	-				7.450.777	14.197.800
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 28.066.338 27.530.565 RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS 2.451.400 4.241.7 Setor Privado 28.468.352 27.782.410 (-9.014) (251.845) (-9.014) (-9	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	28 066 338	27 530 565	RELACAO DE INTERDEPENDENCIAS(NOTA 13)	2 451 400	4 241 730
Setor Privado 28.468.352 27.782.410 (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (251.845) (-402.014) (-402.0	•					
(-)PROVISÃO PARA CLD (-402.014) (251.845) OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6) 782.456 227.695 RENDAS A RECEBER 12.246 11.360 DIVERSOS 770.210 216.335 COB E ARRECAD. DE TRIB. E ASSEM. 2.599 12.2 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3 DIVERSAS DIVERSAS 623.764 410.6 OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14) 1.373.277 796.0 216.335 COB E ARRECAD. DE TRIB. E ASSEM. 2.599 12.2 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3 DIVERSAS DIVERSAS 623.764 410.6 OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103.198 103.1 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 C-) PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 CUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)					2.431.400	4.241.730
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6) 782.456 227.695 OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14) 1.373.277 796.0 RENDAS A RECEBER 12.246 11.360 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS 354.064 293.7 DIVERSOS 770.210 216.335 COB E ARRECAD. DE TRIBLE ASSEM. 2.599 12.2 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3 DIVERSAS 623.764 410.6 OUTROS VALORES E BENS 0 0 PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 15) 103.198 103.1 DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103.198 103.1 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 CAPITAL 22.018.094 19.225.9 (-) PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 139.805 132.331 (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 IMORILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 <t< td=""><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></t<>						
RENDAS A RECEBER 12.246 11.360 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS 354.064 293.7 DIVERSOS 770.210 216.335 COB E ARRECAD. DE TRIB.E ASSEM. 2.599 12.2 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3 DIVERSAS 623.764 410.6 OUTROS VALORES E BENS 0 0 PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 15) 103.198 103.1 DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103.198 103.1 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 (-) PAROVISÃO PARA CLD (-) PROVISÃO P					1 373 277	796.083
DIVERSOS 770.210 216.335 COB E ARRECAD. DE TRIB.E ASSEM. 2.599 12.2 FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3 DIVERSAS 623.764 410.6 OUTROS VALORES E BENS 0 0 PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 15) 103.198 103.1 DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 OUTRAS OBRIGAÇÕES 103.198 103.1 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-) PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL REALIZAR (215.421) (126.00 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 8) 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (100.000 139.805 132.331 IMÓVEIS (100.000 139.805 139.805 139.805 139.603 130.603 (100.000 139.805 139.805 139.805 139.805 139.805 139.				•		293.797
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 392.850 79.3						12.294
DIVERSAS DIVERS	JIVENSOS	770.210	210.555			79.313
OUTROS VALORES E BENS 0 0 OUTROS VALORES E BENS 0 0 DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.306.026 9.216.360 CAPITAL 22.018.094 19.225.9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-)PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMÓVEIS DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331 132.331 130.011 845.837 744.2 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) (372.393) 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731 10.731						410.678
DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 0 OUTRAS OBRIGAÇOES 103.198 103.19 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.306.026 9.216.360 CAPITAL 22.018.094 19.225.9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-) PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 563.043 504.725 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVELS 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	OUTROS VALORES E BENS	0	0		0251701	110.070
DESPESAS ANTECIPADAS 0 0 0 OUTRAS OBRIGAÇOES 103.198 103.19 ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.306.026 9.216.360 CAPITAL 22.018.094 19.225.9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-)PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 (254.902)		0	0	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 15)	103.198	103.198
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7) 9.898.355 13.090.828 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16) 29.008.355 25.146.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7) 5.306.026 9.216.360 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 (-) PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (-338.716) (-44.443) (-) CAPITAL 22.018.094 19.225.9 19.352.0 (-) CAPITAL 22.018.094 19.225.9 19.352.0 (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 0 UTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMÓVEIS DE USO 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 563.043 (423.238) INTÂNGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (268.601) (254.902)	DESPESAS ANTECIPADAS	0			103.198	103.198
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-)PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331	ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7)	9.898.355		•	29.008.355	25.146.484
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.644.742 9.260.803 DE DOMICILIADOS NO PAÍS 22.233.515 19.352.0 (-)PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331						
(-)PROVISÃO PARA CLD (-338.716) (-338.716) (-338.716) (-338.716) (-44.443) (-) CAPITAL A REALIZAR (215.421) (126.00 RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2 INVESTIMENTOS (NOTA 8) 0.0 OUTROS INVESTIMENTOS 139.805 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0.0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (268.601) (254.902)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 7)	5.306.026	9.216.360	CAPITAL	22.018.094	19.225.959
RESERVA DE LUCROS 6.144.423 5.176.2	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.644.742	9.260.803	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	22.233.515	19.352.023
INVESTIMENTOS (NOTA 8) 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2	(-)PROVISÃO PARA CLD	(-338.716)	(44.443)	(-) CAPITAL A REALIZAR	(215.421)	(126.064)
OUTROS INVESTIMENTOS 4.415.492 3.691.406 SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17) 845.837 744.2 IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 563.043 504.725 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)				RESERVA DE LUCROS	6.144.423	5.176.296
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8) 139.805 132.331 IMÓVEIS DE USO 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 563.043 504.725 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	INVESTIMENTOS (NOTA 8)	4.415.492	3.691.406			
IMÓVEIS DE USO 0 0 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 563.043 504.725 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	OUTROS INVESTIMENTOS	4.415.492	3.691.406	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17)	845.837	744.229
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO 563.043 504.725 (-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8)	139.805	132.331			
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (423.238) (372.393) INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	IMÓVEIS DE USO	0	0			
INTANGIVEL (NOTA 8) 37.032 50.731 ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	563.043	504.725			
ATIVOS INTANGIVEIS 305.633 305.633 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(423.238)	(372.393)			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (268.601) (254.902)	INTANGIVEL (NOTA 8)	37.032	50.731			
	ATIVOS INTANGIVEIS	305.633	305.633			
TOTAL DO ATIVO 54.824.452 56.646.456 TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LIQUIDO 54.824.452 56.646.4	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(268.601)	(254.902)			
	TOTAL DO ATIVO	54.824.452	56.646.456	TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LIQUIDO	54.824.452	56.646.456

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2015	31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.278.686	5.553.893
Operações de Crédito	7.278.686	5.553.893
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(2.737.778)	(1.879.039
Operações de Captação no Mercado	(1.492.347)	(1.128.942
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(792.904)	(631.221
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(452.527)	(118.875
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.540.908	3.674.854
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	565.478	608.828
Receitas de Prestação de Serviços	397.132	517.356
Rendas de Tarifas Bancarias	337.785	85.533
Outras Receitas Operacionais	3.193.373	3.067.492
Despesas de Pessoal	(1.492.947)	(1.293.582
Outras Despesas Administrativas	(1.626.424)	(1.463.311
Despesas Tributárias	(50.102)	(32.967
Outras Despesas Operacionais	(190.750)	(162.687
Outras Despesas não Operacional	(2.589)	(109.008
RESULTADO OPERACIONAL	5.106.386	4.283.682
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	13.952	6.367
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	5.120.338	4.290.048
Reversões Fates (Desp. Dedutiveis e Result. c/ Terc)	96.662	120.565
Juros ao Capital	(2.397.542)	(1.929.850
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO/FATES	(1.973.620)	(1.736.534
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS)	845.837	744.229

Relatório Anual 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM:31.12.2016

(Valores em R\$)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS D	E SOBRAS	SOBRAS OU PERDAS	TOTAL
	REALIZADO -	LEGAL	FAC	ACUMULADAS	
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2015	16.937.893	3.431.194	656.786	562.960	21.642.445
AUMENTOS DE CAPITAL:					(
- Por Incorporação de Sobras	562.960	1.083		(562.960)	1.083
- Por Incorporação de Reservas	656.786		(656.786)		(
- Por Integralizações	1.225.493				1.225.493
- Juros Pagos ao Capital	1.929.850				1.929.850
BAIXA CAPITAL	-2.087.023				(2.087.023)
OUTROS EVENTOS:					(
- Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio					(
- Doação					(
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				2.480.763,53	2.480.764
DESTINAÇÕES:					(
- Fates				(124.038,18)	(124.038)
- Reserva Legal		744.229,06		(744.229,06)	(
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			868.267,24	(868.267,24)	(
- FUNCAAF					77.910
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2015	19.225.959	4.176.506	868.267	744.229	25.146.483
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.288.066	745.312	211.481	181.269	3.504.038
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2016	19.225.959	4.176.506	868.267	744.229	25.146.483
SALDOS NO INICIO DO PERIODO EM: 01/01/2016 AUMENTOS DE CAPITAL:	19.225.959	4.176.506	868.267	744.229	25.146.483
	19.225.959 744.229	4.176.506	868.267	744.229 (744.229)	25.146.483
AUMENTOS DE CAPITAL:		4.176.506	(868.267)		25.146.483 ((
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras	744.229	4.176.506			25.146.483 (((1.621.098
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas	744.229 868.267	4.176.506			(
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações	744.229 868.267 1.621.098	4.176.506			((1.621.098
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506			1.621.098 2.397.542
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506			1.621.098 2.397.542
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS:	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506			1.621.098 2.397.542
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506			1.621.098 2.397.542
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506		(744.229)	(2.839.001)
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506		(744.229)	(2.839.001)
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO DESTINAÇÕES:	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542	4.176.506 845.837,33		(744.229) 2.819.457,76	1.621.098 2.397.542 (2.839.001) (((2.819.458
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO DESTINAÇÕES: - Fates	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542			(744.229) 2.819.457,76 (140.972,89)	1.621.098 2.397.542 (2.839.001) (((2.819.458
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO DESTINAÇÕES: - Fates - Reserva Legal	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542		(868.267)	(744.229) 2.819.457,76 (140.972,89) (845.837,33)	1.621.098 2.397.542 (2.839.001) (((2.819.458
AUMENTOS DE CAPITAL: - Por Incorporação de Sobras - Por Incorporação de Reservas - Por Integralizações - Juros Pagos ao Capital BAIXA CAPITAL OUTROS EVENTOS: - Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Doação SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO DESTINAÇÕES: - Fates - Reserva Legal - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)	744.229 868.267 1.621.098 2.397.542		(868.267)	(744.229) 2.819.457,76 (140.972,89) (845.837,33)	2.839.001 (2.839.001) (2.839.001) (40.973)

12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	Exercicio 2016	Exercicio 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição so-		
cial	2.722.795,90	2.360.198,61
Contas de resultado credoras	11.244.959,19	9.230.640,88
Contas de resultado devedoras	(8.522.163,29)	(6.870.442,27)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	0,00	0,00
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	64.543,19	77.577,92
Despesas de depreciação e amortização	64.543,19	77.577,92
(Despesas de amortização)	(14.212,34)	(24.813,98)
(Despesas de depreciação)	(50.330,85)	(52.763,94)
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	0,00	0,00
Rendas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas	0,00	0,00
(Despesas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas)	0,00	0,00
Outrosajustes	0,00	0,00
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	0,00	0,00
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(4.517.134,03)	(5.482.423,01)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	0,00	0,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,00	0,00
Relações interfinanceiras e interdependências	(4.425.889,58)	4.263.586,84
Relações interfinanceiras	303.229,41	(1.357.013,63)
Relações interdependências	0,00	0,00
, ,	,,,,,	,

q

Relações interfinanceiras	(8.371.485,17)	(3.132.581,79)
Relações interdependências	2.451.400,00	4.241.730,00
Operações de crédito	(3.374.560,35)	(9.793.870,09)
Operações de crédito	3.374.560,35	9.793.870,09
Outros créditos	554.761,01	43.094,51
Outros créditos	(554.761,01)	(43.094,51)
Outros valores e bens	0,00	452.210,12
Outros valores e bens		(452.210,12)
Depósitos	2.276.285,00	1.436.291,46
Depósitos	2.276.285,00	1.436.291,46
Obrigações por operações compromissadas	0,00	0,00
Obrigações por operações compromissadas	0,00	0,00
Obrigações por empréstimos e repasses	0,00	0,00
Empréstimos no país - instituições oficiais	0,00	0,00
Empréstimos no país - outras instituições	0,00	0,00
Empréstimos no exterior	0,00	0,00
Repasses do país - instituições oficiais	0,00	0,00
Instrumentos financeiros derivativos	0,00	0,00
Instrumentos financeiros derivativos	0,00	0,00
Outras obrigações	452.269,89	(1.883.735,85)
Outras obrigações	452.269,89	(1.883.735,85)
Resultados de exercícios futuros	0,00	0,00
Receitas de exercícios futuros	0,00	0,00
Ajuste ao valor de mercado - TVM e IFD	0,00	0,00
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		
Outrosajustes	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.729.794,94)	(3.044.646,48)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de investimentos	0,00	0,00
Alienação de imobilizado de uso	0,00	0,00
Aquisição de investimentos	(724.086,62)	(534.693,77)
Aquisição de imobilizado de uso	(58.318,79)	(34.752,41)
Aplicação no diferido	0,00	0,00
Outros ajustes	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(782.405,41)	(569.446,18)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		

Aumento/(redução) de capital		
	2.792.135,00	2.288.066,64
Aumento/(redução) de capital	2.792.135,00	2.288.066,64
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de capital		
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Reservas de lucros		
Sobras ou perdas acumuladas		
	0,00	0,00
Sobras ou perdas acumuladas		
Despesas de juros ao capital	0,00	0,00
Despesas de juros ao capital	0,00	0,00
Outros ajustes		
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.792.135,00	2.288.066,64
	279.934,65	(1.326.026,02)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	279.934,65	(1.326.026,02)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.797.366,82	17.123.392,84
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.077.301,47	15.797.366,82
	0,00	0,00

11

1 3 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2016 E 31.12.2015

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda – Sicoob Palmeiras é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, integrante do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Crédito Cooperativo de Goiás – Sicoob Goiás, constituída com o objetivo precípuo de:

- ✓ Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
- ✓ Estimular a pesquisa e promover a difusão e introdução de novas tecnologias que motivem a qualidade e a produtividade;
- ✓ Proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a produção rural, bem como sua circulação e industrialização;
- ✓ Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados, seus familiares e empregados;
- ✓ Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram escrituradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT-10.9), aplicáveis às entidades financeiras, observando-se os conceitos contidos na Lei das Sociedade por Ações (6.404/76), ressalvando as modificações introduzidas pela Lei nº. 11.638/2007 que não foram contempladas, normas da Lei 4.595/64 e 5.764/71 que

regem as sociedades cooperativas e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil.

- b) Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.
- c) Atendendo a Resolução 3.750 de 30.06.2009 Banco Central do Brasil e CPC-05 Divulgação das Partes Relacionadas aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 30.10.2008.
- d) O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen:

CPC	Assunto	Deliberação	Resolução
n°.	Assunto	nº CVM	nº CMN
01-R1	Redução ao valor recuperável de ativos	639/10	3.566/2008
03-R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10	3.604/2008
04-R1	Ativo Intangível	644/10	1.303/2010
05-R1	Divulgação das Partes Relacionadas	642/10	3.750/2009
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/2009	3.823/2009
26-R1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11	1.376/2011

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Sicoob Palmeiras são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pós - fixadas estão atualizadas até a data do balanço e as operações com taxas pré – fixadas estão registradas pelo valor de resgate, cujas receitas e despesas inerentes a períodos futuros estão registradas em contas redutoras.

b) Correção Monetária

Não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis os efeitos inflacionários, medidos com base na UFIR, em cumprimento a determinação contida no artigo 4º da Lei 9.249/95 e Circular 2682/96 do Banco Central do Brasil.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparado e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado pela Resolução CMN/BACEN 2682, de 21.12.1999, e Resolução CMN/BACEN 2697, de 24.02.2000.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as registradas como prejuízos são classificadas como de risco nível H, cuja provisão para perdas é mantida em 100% (cem por cento). As receitas oriundas das operações vencidas a mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Após 06 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações deveriam ser transferidas para a conta de provisão para créditos em liquidação, e para o resultado do exercício, sendo controladas no grupo de contas do compensado, não mais figurando no balanço patrimonial, no entanto o sistema operacional utilizado pela nossa cooperativa, ainda não opera dessa forma, estando as referidas operações figurando na carteira de

pela Lei nº. 11.638/2007 que não foram contempladas, normas da Lei 4.595/64 e 5.7

crédito.

d) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

As provisões para perdas em operações de crédito foram constituídas com base no disposto nas Resoluções CMN/BACEN 2682/1999 e 2697/2000, sendo seu somatório considerado pela administração suficiente para fazer em face de prováveis perdas na realização dos créditos, coibindo assim:

- 100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias
- 100% (cem por cento) das utilizações do cheque especial, com utilização superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.
- 100% (cem por cento) dos adiantamentos e excessos sobre limites de cheque especial não coberto a mais de 180 (cento e oitenta) dias.

e) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.95. As depreciações estão calculadas pelo método linear, observando-se as taxas anuais admitidas pela legislação tributária vigente.

f) Reconhecimento das Receitas e Despesas

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado, observando-se o regime de competência.

NOTA 4 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Composta pelos valores da centralização financeira mantida no SICOOB GOIÁS CENTRAL, em rubrica específica em cumprimento á Circular BACEN nº. 3.238 de 17.05.2004.

Ativo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	15.783.360	15.480.131
Centralização Financeira	15.783.360	15.480.131

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade		31/12/2016			
Modalidade	Circulante Não Circulante Total		31/12/2015		
Adiantamento a Depositante	166.160,14	0,00	166.160,14	128.273,45	
Empréstimos	7.850.635,15	4.475.960,49	12.326.595,64	9.422.688,35	
Títulos Descontados	7.327.585,56	0,00	7.327.585,56	6.836.461,05	
Financiamentos	721.207,66	1.168.781,92	1.889.989,58	2.410.006,07	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.402.763,63	0,00	12.402.763,63	18.245.783,19	
(-) Provisões para Operações de Crédito	402.013,83	338.715,94	740.729,77	296.286,37	
TOTAL	28.066.338,31	5.306.026,47	33.372.364,78	36.746.925,74	

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

		rcentual Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	2.339.361,14	0,00	0,00	0,00	2.339.361,14		4.311.974,71	
Α	0,5%	Normal	7.693.963,97	53.939,01	533.881,42	3.809.215,90	12.091.000,30	60.455,00	24.703.970,40	123.519,85
В	1%	Normal	5.318.996,91	393.042,62	1.277.505,94	8.593.547,73	15.583.093,20	155.830,93	7.299.815,53	72.998,16
В	1%	Vencidas	220.715,69	4.572,90	0,00	0,00	225.288,59	2.252,89	34.439,88	344,40
C	3%	Normal	1.621.863,14	144.408,62	33.759,73	0,00	1.800.031,49	54.000,94	345.152,66	10.354,58
C	3%	Vencidas	318.573,18	2.230,16	0,00	0,00	320.803,34	9.624,10	19.867,63	596,03
D	10%	Normal	1.234.251,00	23.307,26	0,00	0,00	1.257.558,26	125.755,83	23.089,73	2.308,97
D	10%	Vencidas	98.928,68	1.590,79	0,00	0,00	100.519,47	10.051,95	159.030,50	15.903,05
E	30%	Normal	4.588,17	5.036,09	0,00	0,00	9.624,26	2.887,28	9.533,79	2.860,14
Ε	30%	Vencidas	63.932,76	1.590,98	0,00	0,00	65.523,74	19.657,12	49.115,96	14.734,79
F	50%	Normal	4.787,39	0,00	0,00	0,00	4.787,39	2.393,70	69.008,76	34.504,38
F	50%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,06	50,53
G	70%	Normal	0,00	8.595,88	0,00	0,00	8.595,88	6.017,12	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	0,00	5.506,07	44.842,49	0,00	50.348,56	35.243,99	0,00	0,00
Н	100%	Normal	203.912,09	0,00	0,00	0,00	203.912,09	203.912,09	16.840,12	16.840,12
Н	100%	Vencidas	52.529,35	117,49	0,00	0,00	52.646,84	52.646,84	1.271,38	1.271,38
	Total N	lormal	18.421.723,81	628.329,48	1.845.147,09	12.402.763,63	33.297.964,01	611.252,89	36.779.385,70	263.386,20
	Total Ve		754.679,66	15.608,39	44.842,49	0,00	815.130,54	129.476,89	263.826,41	32.900,18
	Total		19.176.403,47	643.937,87	1.889.989,58	12.402.763,63	34.113.094,55	740.729,78	37.043.212,11	296.286,38
	Provi		564.789,42	23.111,79	47.847,00	104.981,56	740.729,77		296.286,37	
	Total L	íquido	18.611.614,05	620.826,08	1.842.142,58	12.297.782,07	33.372.364,78		36.746.925,74	

c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.948.913,33	5.423.944,09	4.475.960,49	11.848.817,91
Títulos Descontados	7.251.215,42	76.370,14	0,00	7.327.585,56
Financiamentos	224.121,34	497.086,32	1.168.781,92	1.889.989,58
Financiamentos Rurais	514.274,31	11.888.489,32	0,00	12.402.763,63
TOTAL	9.938.524,40	17.885.889,87	5.644.742,41	33.469.156,68

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	26.809,57	804.519,16	87.161,71	0,00	918.490,44	3%
Setor Privado - Indústria	1.738,68	0,00	43.549,05	0,00	45.287,73	0%
Setor Privado - Serviços	96.069,24	2.078.869,42	953.180,59	0,00	3.128.119,25	9%
Pessoa Física	460.107,55	10.783.048,68	6.238.742,23	12.402.763,63	29.884.662,09	88%
Outros	59.212,83	72.370,23	4.951,98	0,00	136.535,04	0%
TOTAL	643.937,87	13.738.807,49	7.327.585,56	12.402.763,63	34.113.094,55	100%

15

e) Recuperação de Créditos Baixados em Prejuízo

Operação	31.12.2016	31.12.2015	
Saldo no Início do Período	484.845	520.063	
Renegociação	-	-	
Recebimento	(18.223)	(35.218)	
Baixa como Prejuízo	-	-	
Saldo No Final do Período	466.622	484.845	

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

Refere-se a rendas oriundas de convênio com CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, as quais serão recebidas a partir do mês de Janeiro de 2017.

b) Diversos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Rendas A Receber	12.246,00	11.359,66
Diversos	770.210,14	216.335,47
TOTAL	782.456.14	227.695.13

- 1) Devedores Por Depósitos em Garantia, referente a Depósitos Judiciais de PIS e COFINS, do período de 11/1999 a 12/2004 cuja constitucionalidade está sendo questionada judicialmente pelas Cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Goiás.
- 2) Refere se ao Contrato de Fornecimento de Soluções de Data Center e Prestação de Serviços, firmado entre a Cooperativa e a empresa LCS Desenvolvimento, Negócios e Intermediações Ltda.,proveniente de serviços de instalação e configuração de programas e equipamentos de informática NF Nº 0043.
- 3) Refere se a valores pagos de IRRF sobre juros ao capital feito de forma linear durante todo o ano ficando um saldo a restituir de R\$97.127,90 (noventa e sete mil cento e vinte e sete reais e noventa centavos); valores a receber referente a acordo com associada R\$ 2.755,00 (dois mil setecentos e cinqüenta e cinco reais).

NOTA 7 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Representa valores a receber da carteira de crédito, cujos vencimentos ultrapassam o final do exercício de 2016.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGIVEL

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	2.723.688,55	2.418.771,70
Participações inst financ controlada coop crédito	1.691.803,73	1.272.633,96
TOTAL	4.415.492.28	3,691,405,66

Representado pelas aquisições de 1.691.803 (um milhão seiscentos e noventa e um e oitocentos e três) ações preferenciais do Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, e 2.723.688 (dois milhão setecentos e vinte e três mil e seiscentos e oitenta e oito) cotas de capital, no valor unitário de R\$1,00 (um real), da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central, cujo capital em 31.12.2016 somava R\$ 87.546.654,91 (oitenta e sete milhões quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e cinqüenta e quatro reais e noventa e um centavos).

a) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Móveis e equipamentos de Uso	160.426,52	116.692,73	10
Sistema de Comunicação	4.136,00	4.136,00	10
Sistema de Processamento de Dados	306.572,25	291.987,25	20
Sistema de Segurança	65.908,71	65.908,71	10
Sistema de Transporte	26.000,00	26.000,00	20
(-) Total Depreciação Acumulada	-423.237,77	-372.393,38	
TOTAL	139.805,71	132.331,31	

b) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	305.632,98	305.632,98
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-268.600,76	-254.901,96
TOTAL	37.032,22	50.731,02

Refere – se:

- 1. Aquisição de três licenças do sistema sisbr, sendo 01 (uma) para Sicoob Palmeiras, 01 (uma) PA Turvânia e a ultima para o PA Palminópolis.
- 2. Investimentos incorridos na ampliação e modernização da sede da Sicoob Palmeiras realizada em 2010, cuja amortização está sendo realizada em 120 (cento e vinte) meses, de acordo com contrato de aluguel firmado entre locatário e a Cooperativa.
- 3. Investimentos incorridos na ampliação reforma e modernização do prédio do PA Palminópolis, realizada no 2º semestre de 2008.

NOTA 09 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO.

Norma regulamentada no Pronunciamento Técnico do CPC nº. 01 (R01) e foi normatizado pela resolução do CFC nº. 1.110 de 29 de novembro de 2007 (NBCT 19.10), que tem como objetivo definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

Embora não tenha sido efetuado teste de recuperabilidade dos ativos, acredita-se que não haveria necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

a) INVESTIMENTOS

São representados por ações do Bancoob e cotas junto a Cooperativa Central de Credito de Goiás Ltda –
 Sicoob Goiás Central, o que não apresenta diante das demonstrações financeiras dessas instituições, qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis.

maleativo de que nao sejam integramiente recuperaveis.

b) IMOBILIZADO

A Entidade possui bens imóveis de uso próprio?	Não
A Entidade possui veículos?	Sim
A Entidade possui bens móveis e equipamentos em perfeito funcionamento e são recentes?	SIM
Se os bens são recentes, entende-se que o valor está compatível com o valor de mercado e alguns, mais antigos já esta 100% depreciado e registrado contabilmente pelo menor valor.	SIM
A Entidade possui bens moveis e equipamentos locados?	NÃO

O Imobilizado também não apresenta índice de desvalorização ao valor recuperável de seus ativos, visto ser formado apenas de moveis e equipamentos em condições normais de estado e funcionamento e que são depreciados mensalmente de acordo com as taxas de depreciação.

NOTA 10 – DEPOSITOS

Representados pelos depósitos a vista em conta corrente de cada associado e pelas aplicações financeiras na cooperativa.

NOTA 11 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Repasses Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto ao BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A, para repasse aos associados em operações de Recursos Obrigatórios e Repasses no âmbito do Credito Rural (Custeio e Investimento) com prazo médio de 340 (trezentos e quarenta) dias. As Garantias prestadas são representadas por avais da própria diretoria e do Conselho de Administração.

NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas podem ser definidas, de um modo amplo, como aquelas entidades, físicas ou jurídicas, com as quais uma instituição tenha possibilidade de contratar, no sentido lato deste termo, em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam transações privilegiadas, em relação a esta cooperativa são considerados como partes relacionadas os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Empregados com Cargos de Gerencia e parentes até 3º Grau (conjugue, pais, avô, bisavô, filho, neto, bisneto, irmão, sobrinho e tio). Também considera-se parte relacionada as entidades ligadas por vinculo societário, bem como aquelas que tenham controle ou dirigentes em comum. Também conforme divulgação exigida no item 17 do CPC 05 (R1), no período abrangido entre 01/07/2016 até 31/12/2016, os gastos referente à remuneração com os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal somam um montante de R\$ 138.288,00 (cento e trinta e oito mil duzentos e oitenta e oito reais).

Segue a relação de operações de credito com as partes relacionadas ate 31/12/2016.

CHEQUE ESPECIAL				
	2° SEMESTRE/ 2016			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR DAS OPERAÇÕES	% SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		

TOTAL	R\$	105.016,83	21,98%
Cons. Administrativo	R\$	104.200,79	21,81%
Conselho Fiscal	R\$	816,04	0,17%
Diretoria Executiva	R\$	-	0%

DESCONTO DE TÍTULOS				
	2° SEMESTRE/ 2016			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR DAS OPERAÇÕES		% SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Diretoria Executiva	R\$	13.983,84	0,19%	
Conselho Fiscal	R\$	-	0,00%	
Cons. Administrativo	R\$	2.576.404,05	35,16%	
TOTAL	R\$	2.590.387,89	35,35%	

CRÉDITO RURAL				
	2° SEMESTRE/ 2016			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR DAS OPERAÇÕES		% SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Diretoria Executiva	R\$	-	0,00%	
Conselho Fiscal	R\$	451.939,06	3,64%	
Cons. Administrativo	R\$	6.945.180,57	56,00%	
TOTAL	R\$	7.397.119,63	59,64%	

EMPRÉSTIMO			
	2° SEMESTRE/ 2016		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR DAS OPERAÇÕES		% SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Diretoria Executiva	R\$	24.186,84	0,18%
Conselho Fiscal	R\$	237.367,41	1,73%
Cons. Administrativo	R\$	3.723.992,29	27,11%
TOTAL	R\$	3.985.546,54	29,01%

CARTÃO DE CRÉDITO			
	2° SEMESTRE/ 2016		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	DAS OPERAÇÕES	% SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Diretoria Executiva	R\$	20.000,00	1,43%
Conselho Fiscal	R\$	-	0,00%
Cons. Administrativo	R\$	488.500,00	34,91%
TOTAL	R\$	508.500,00	36,33%

OBSERVAÇÕES

Nas notas explicativas não deve ser divulgado o nome das partes relacionadas. Além de informações referentes a operações que fazem parte das atividades operacionais, se houver, devem também ser divulgadas operações não operacionais, como, por exemplo, compra e ou venda de ativos. São consideradas partes relacionadas em relação á cooperativa: os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretoria, Empregados com cargos de Gerência seus parentes até 3° grau (CÔNJUGE, PAI, AVÔ, BISAVÔ, FILHO NETO, BISNETO, IRMÃO, SOBRINHO E TIO). Também considera-se parte relacionada as entidades ligadas por vinculo societário, bem como aquelas que tenham controle ou dirigentes em comum.

NOTA 13 – RELAÇAO DE INTERDEPENDENCIAS

18

Refere-se a Recursos em transito de terceiros, cheques administrativos solicitados por associados.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

I – FATES

Atendendo a determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 308.022 (trezentos e oito mil e vinte e dois reais), tendo sido constituído conforme abaixo demonstrado:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do período	263.711	260.238
Utilização no Período	(101.569)	(142.012)
Destinação Ato c/Terceiros	4.907	21.447
Destinação Conf. Estatuto Social	140.973	124.038
Saldo no final do período	308.022	263.711

II – COTAS DE CAPITAL A PAGAR

Saldo relativo a cotas de capital a pagar referente as contas corrente encerradas antes da Assembléia Geral Ordinária de aprovação das contas da demonstrações contábeis do exercício.

31.12.2016	31.12.2015
46.041	30.086

b) Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados

Refere – se a retenção de IOF a recolher sobre as operações de credito e os rendimentos de aplicações financeiras.

c) Fiscais e Previdenciárias

Composta pelas contas abaixo relacionadas representa obrigações sociais da Sicoob Palmeiras, a vencer durante o exercício de 2017.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.168	527
Impostos e Contribuições s/ Salários	47.569	45.963
Impostos Retidos a Recolher	344.113	32.823
TOTAL	392.850	79.313

d) Diversas

I - Provisão Para Pagamentos a Efetuar

Composta pelos valores abaixo relacionados. Refere a provisão para pagamentos de despesas administrativas cujos pagamentos realizar-se-ão até o final do exercício de 2017.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Salários e Vencimentos	13.580	17.971
Provisão p/ Pgtº de Despesas com Pessoal	79.302	70.342
Cheque Administrativo	0,00	0,00
Provisão p/ Pgtº de Outras Desp. Administrativas	101.869	209.356
Provisão p/ Pgtº de Juros ao Capital	0,00	0,00
Provisão p/ Outros Passivos	9.906	2.152
Total	204.657	299.821

II - Credores Diversos-País

Rubrica composta pelas contas abaixo relacionadas. Representam obrigações da Sicoob Palmeiras para com terceiros e para com seus associados.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos a Processar/Fornecedores	28.507	21.034
Sobras de Caixa	15.423	13.952
Pendências a Regularizar	0	0
Pendências a Regularizar Bancoob	2.492	4.906
Cheques Depositados	348.727	54.811
Cobrança	23.958	16.153
Faturas SICOOBCARD		
Total	419.107	110.856

- Pagamento a processar/fornecedores, refere se a compras de materiais de consumo e prestações de serviços ainda não pagos.
- Sobras de caixa referem se às sobras de caixa acumuladas ate 31/12/2016.
- Pendências a regularizar Bancoob referem se credito devolução de Ted não associado.

NOTA 15 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Outras Obrigações

O montante de R\$ 103.198 (cento e três mil, cento noventa e oito reais) refere à provisão constituída para Riscos Fiscais, PIS e COFINS. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar.

Foi concedida, em 01.08.2000, liminar determinando à autoridade competente para se abster de exigir das

cooperativas de créditos do sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre a receita dos atos cooperativos próprios (Lei 5.764/71), excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros, cuja mesma encontra-se suspensa.

Em 25.11.2005 o TRF1 julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás em relação ao Recurso de Apelação no Mandado de Segurança sobre a cobrança da COFINS, até 31.12.2014 o acórdão ainda não foi publicado e a Fazenda Nacional terá ainda direito a tentar outros recursos que poderão ser impetrados em 30(trinta) dias a contar da publicação, enquanto isso, as cooperativas deverão aguardar para tomar as medidas cabíveis de reaver os valores depositados em juízo bem como o estorno das provisões efetuadas.

NOTA 16- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Sicoob Palmeiras está assim representado:

Nomenclatura	31.12.2016	31.12.2015
Capital Social	22.018.094	19.225.959
Fundo para Aumento de Capital	986.810	868.267
Fundo de Reserva	5.022.344	4.176.506
Sobras do 1º Semestre	-	-
Reservas para Contingência	135.270	131.523
Sobras/Perdas Acumuladas	845.837	744.229
Total (PL)	29.008.355	25.146.484

O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 1.122 (um mil e cento e vinte e dois) associados. O voto é pessoal e intransferível sendo que, cada associado possui 01 (um) voto, independente da quantidade de cotas que o mesmo detenha.

NOTA 17 – SOBRAS LÍOUIDAS

As sobras líquidas no final do Exercício de 2016 estão assim demonstradas:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Resultado Antes da Tributação	2.722.796	2.360.198
(+/-) Ajuste exercício anterior	-	-
(-) Provisão p/ pagtº de juros ao capital	0,00	0,00
(-) Receita liq. ato não cooperativo - Fates	(4.907)	(21.447)
(+) Ajuste utilização recursos do Fates	101.569	142.012
(=) Resultado Ajustado	2.819.458	2.480.763
(-) FATES (5%)	(140.973)	(124.038)
(-) Fundo de Reserva (30%)	(845.838)	(744.229)
(-) Fundo de Aumento de Capital (35%)	(986.810)	(868.267)
Sobras Liquidas à Disposição da AGO	845.837	744.229

NOTA 18 - COMPENSADO

Composto pelo registro:

CONTAS	31.12.2016	31.12.2015
Coobrigações e riscos em garantias	3.531.049	2.375.480
Custódia de valores	7.096.387	2.129.412.269
Cobrança	4.547.901	1.996.622
Avais, fianças e outras garantias recebidas	74.007.953	76.259.835
Créditos baixados como prejuízo	466.622	484.845
Limites Operacionais	27.230	27.230
Créditos contratados a liberar	2.753.934	3.503.270
Patrimônio de Referencia - Ajustes	3.142.719	2.657.530
Vrs. de Cap. Realiz. e PL Mínimos se Participadas	9.437	9.652
Patrimônio líquido exigido p/ cobertura risco mercado	102.827	102.827
Limites de Contratos de Empréstimos	7.051.015	7.199.215
Classificação da carteira de créditos	34.113.095	37.043.212
TOTAL	136.850.169	2.261.071.987

NOTA 19 – MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em face de disposições legais ou exigências técnicas, ocorreram as seguintes mudanças de procedimentos e critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis:

a) Terminologia

Tendo em vista ser de competência do Banco Central do Brasil expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras, em cujo rol das cooperativas de crédito está inserido, e, em face do referido BACEN não ter contemplado em seus normativos os critérios definidos na NBC-T 10.8, aprovada pela Resolução CFC 920/2001, deixamos de aplicar o estabelecido na referida norma técnica.

b) Controle de Risco

A Cooperativa apurou e mantém controle em contas de compensação valor inerente a exigibilidade de Patrimônio Líquido para garantia de riscos operacionais.

c) Centralização Financeira

Em atendimento á Circular nº 3.228, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27.05.2004, os recursos oriundos do ato cooperativo denominado "Centralização Financeira" estão apresentados como "Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas".

As receitas obtidas com tal ato passaram, por força da citada circular, a serem registradas no título "Outras Receitas



Operacionais - Ingresso de Depósitos Intercooperativos".

NOTA 20 – DEMOSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC foi elaborada em atendimento à resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.604/2008, pelo método indireto, de acordo com modelo anexo a CA-696/2008 do Sicoob Brasil.

Caixa e Equivalentes de Caixa consistem em numerário disponível na Cooperativa, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

D E S C R I Ç Ã O	31.12.2016	31.12.2015
Caixas e equivalentes de caixas no inicio do período	15.797.367	17.123.393
Caixas e equivalentes de caixas no final do período	16.077.301	15.797.367

Reconhecemos a exatidão e integridade desta demonstração, elaborada em 31/12/2016 de acordo com os documentos idôneos fornecidos à contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

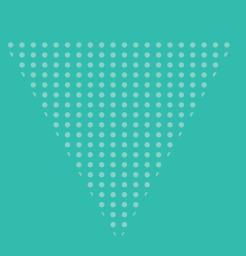
Palmeiras de Goiás – GO, 31 de Dezembro de 2016.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES C.P.F.: 301.740.231-20 PRESIDENTE

JOSE MARQUEZ DE MACEDO C.P.F.: 010.628.671-49 VICE PRESIDENTE

FERNANDA CASTORINA CAMPOS Contadora CRC-GO 020.222/O-3 C.P.F.: 017.748.781-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SICOOB PALMEIRAS





Aparecida de Goiânia - GO, 31 de janeiro de 2017.

Aos

Administradores da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. SICOOB PALMEIRAS – Palmeiras - GO.

Prezado Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de Instituições Financeiras, com aplicação para as Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2016

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

DCA Auditores Independentes S/S Valdir Mendonça Alves Sócio / Gerente de Auditoria



SUMÁRIO

- 01. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 02. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS:
 - 02.1. Balanço Patrimonial;
 - 02.2. Demonstração de Sobras ou Perdas;
 - 02.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - 02.4. Demonstração do Fluxo de Caixa;
 - 02.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. SICOOB PALMEIRAS – Palmeiras - GO.

Prezados Senhores:

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – SICOOB PALMEIRAS, levantado em 31 de dezembro de 2016 que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contâbeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – SICOOB PALMEIRAS naquela data e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre



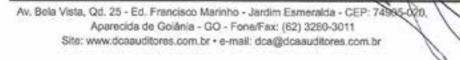
a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos, aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e em conformidade com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normatizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida è suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.







AUDITORES INDEPENDENTES SIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 22/08/2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional

AUDITORES INDEPENDENTES SIS

de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

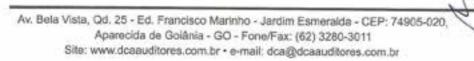
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

Av. Bela Vista, Qd. 25 - Ed. Francisco Marinho - Jardim Esmeralda - CEP: 74905-028, Aparecida de Golânia - GO - Fone/Fax: (62) 3280-3011 Site: www.dcaauditores.com.br • s-mail: dca@dcaauditores.com.br





razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

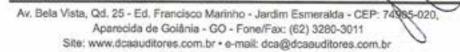


razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações
 Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis
 representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível
 com o objetivo de apresentação adequada.









Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 31 de janeiro de 2017.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/GO Nº 000757/O-6

VALDIR MENBONÇA ALVES
CONTADOR, CRC-GO 005944/0-4
SÓCIO – GERENTE DE AUDITORIA



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA. REFERENTE AO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS).

Nós, membros do Conselho Fiscal do Sicoob - Palmeiras, reunimos aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2017, sob coordenação do Conselheiro Isaías Alves de Almeida, para cumprir as disposições legais e estatutárias vigentes e, após avaliações e conferências, chegamos às seguintes conclusões: As operações de crédito rural estão de acordo com as diretrizes do Manual de Crédito Rural; seguindo as normas do BACEN. Verificamos constantemente as operações de créditos dos cooperados, inclusive os conselheiros, diretores e colaboradores; verificando também se houve renovação ou repactuação de dívidas sem amortização de um terço do saldo devedor; se houve operações de crédito, e até mesmo adiantamentos a depositantes vencidos a mais de 90 (noventa) dias. Todas as ocorrências desta natureza foram informadas ao Departamento de Crédito, que procedeu com as notificações e procedimentos de segurança ao crédito concedido.

O Conselho Fiscal enfatiza que os critérios utilizados na concessão de crédito, devem ser os mais rigorosos possíveis, para evitar inadimplência demasiada, com isso, minimizando empréstimos que provoquem a Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, os quais prejudicam e/ou diminuem o Patrimônio Líquido da Cooperativa, além de empecilho para inclusão de novos contratos.

Em relação ao Patrimônio Líquido de 2016 (Capital Social, Fundo para Aumento de Capital, Fundo de Reserva e Sobras/Perdas Acumuladas), houve um aumento de 15,35% em relação a 2015.

Nossa análise foi conduzida de acordo com as normas regulamentares em vigor e análise do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis feita pela DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CRC/GO 000757/O-6, emitido em 31 de janeiro de 2017.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras <u>representam adequadamente a posição</u> <u>patrimonial e financeira da Instituição Sicoob-Palmeiras</u>, em 31 de dezembro de 2016. Em suma, somos de parecer favorável à aprovação do balanço que nos foi apresentado.

Palmeiras de Goiás, 03 de fevereiro de 2017.

saias Alves de Almeida

Wendel Douglas Machado Consetheiro - Secretário

fron Rodrigues de Souza

1/1

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis do 2º (segundo) Semestre do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda – SICOOB PALMEIRAS, na forma da Legislação em vigor.

1. Politica Operacional

Em fevereiro do ano de 2016 o SICOOB PALMEIRAS completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da captação de depósitos e concessão de emprestimos.

2. Avaliação de Resultados

No segundo semestre do exercício do ano de 2016, o SICOOB PALMERAS obteve um resultado de R\$ 1.578.818,80 (hum milhão, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta centavos), depois de pagar os juros ao capital e antes das destinações obrigatórias.

3. Ativos

Os recursos alocados na Centralização Financeira somaram R\$ 15.783.360. Enquanto a carteira de créditos representava R\$ 33.372,365.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/12/2016 o percentual de 43,31% da carteira, no montante de R\$ 14.976.657.61.

4. Captação

As captações, totalizando R\$ 14.437.446, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 18,71%. As captações somada, com as disponibilidades encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 5.980.691	
Depósitos à Prazo	R\$ 8.456.755	59%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/12/2016 o percentual de 49,17% da captação, no montante de R\$ 8.238.612,83.



5. Patrimônio de Referência

No encerramento do segundo semestre do exercício do ano de 2016, o Patrimônio de Referência do SICOOB PALMEIRAS era de R\$ 28.863.224,39. O quadro de associados era composto por 1.124 Cooperados, refletindo um acréscimo de 3,12% em relação ao exercício do segundo semestre do ano de 2015.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB PALMEIRAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,03% nos níveis de "AA" a "C", níveis estes refietes a menor probabilidade da ocorrência do não pagamento por parte do tomador dos recursos.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, subordinado diretamente ao Conselho de Administração que é supervisionado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, que, por sua vez, realiza as atividades de controles internos, e também possuem a equipe de auditoria do SICOOB GOIÁS CENTRAL, que desenvolve os trabalhos de auditorias internas e ainda possuem a auditoria externa.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe fiscalizar a Cooperativa.

pelo Banco Central do Brasil, orgão ao qual cabe fiscalizar a Co

A Land



Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para estar de acordo com as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, são relevantes e necessários para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente (a cada 3 anos) na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e a forma de exercê-fas.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB PALMEIRAS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, conselheiros de administração e fiscal ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sitio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços da cooperativa, além de atuar como canal de comunicação com os associados e integrantes das comunidades onde a cooperativa atua.



No exercício do 2º Semestre de 2016, a Ouvidoria do SICOOB PALMEIRAS, registrou 02 (duas) ocorrências de associados, as quais foram tratadas e solucionadas pela Gerente de Negócios – Vanuza Martins de Almeida.

11. Acompanhamento de Aderência - Projeto de Transformação

Em relação ao acompanhamento de aderência ao Projeto de transformação da Cooperativa em "Livre Admissão de associados", protocolado ao Banco Central, informamos que houve um ajuste para cumprirmos nossas Metas Projetadas x Realizadas. O Projeto de Transformação da Cooperativa finalizou na Data Base de 30/03/2016.

		RESULTADOS		
ITEM	PROJETADO	AJUSTADO	REALIZADO	
Ativo Total	36.250.774.00	51.425.122.00	56.479.95.00	
Disponibilidades	11.058.285,00	13.381.594,00	18.323.901,00	
Operações de Crédito	16.130.826,00	34.187.943	34.007.871,00	
Outros Créditos	118.897,00	252.447,00	221.242,00	
Bens não de uso	0,00	0,00	0,00	
Permanente	1.742.298,00	3.603.137,00	3.926.939,00	
Depósitos Totais	9.711.209,00	13.288.832,00	17.661.424,00	
Depósitos à Vista	5.601.216,00	5.797.000,00	7,777.863,00	
Depósitos a Prazo	4.109.993,00	7.491.832,00	9,883,561,00	
Repasses (Passivo)	13.414.858,97	13.467.977,00	12,503,032,00	
Outras Obrigações	1.094.393,00	1.094.393,00	1.276.771,00	
Patrimônio Liquido	23.522.419,43	23.573.920,00	25.038.725,00	
Sobras / Perdas Acumuladas	1.093.123,56	91.051,17	496.781,00	
Resultado da Intermediação Financ	570.273,06	543.369.38	560.154,00	
Margem Financeira*	492.616,30	468.585,92	573.174,00	
Margem de Contribuição**	290.058,46	266.124,55	383.356,00	
Despesas Administrativas	192.245,67	403.799,61	204.730,00	
Resultado Final	162.357,14	134.086,90	178.627,00	
Associados	1.042	1.054	1,078	
Empregados	23	23	25	
Pontos de Atendimentos	4	4		

^{*}Resultado da Intermediação Financeira antes da Provisão/Recuperação CL

Jord Marguet

A. La

[&]quot;"Demonstra quanto sobra da receita para pagar custos fixos e gerar sobras.



12. Gerenciamento de Risco e de Capital

12.1 Risco Operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sitio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

12.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruida nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu á estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sitio www.siccob.ecm.br.



- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

12.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Josephangus a

1

Land



12.4 Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruida na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio www.sicoob.com.br.
- O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores por sua dedicação.





Palmeiras de Goiás - Goiás, 27 de Janeiro de 2017. José Renner de Souza Rates José Marquez de Macedo Presidente Vice Presidente Adairton Gonçaives de Paula Airton Ari Faleiros Conselheiro Conselheiro Clayton César de Oliveira Conselheiro Fábio Marieno de Oliveira Lucas Marques de Moura Conselheiro Conselheiro Valdivino Lourenço de Araujo Ricardo Wagner de Oliveira Conselheiro Diretor Operacional Alexandro de Lelis Diretor Operaci

GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA



Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob Ano 2016-2

Risco Operacional

- 1.1 As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- 1.2 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 1.3 As perdas operacionais são comunicadas á Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- 1.4 Os resultados são apresentados á Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- 1.5 Em cumprimento á Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob (WWW.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

2. Riscos de Mercado e de Liquidez

- 2.1 O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- 2.2 Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 2.3 No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).







- 2.4 No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contigência.
- Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional á dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

3. Risco de crédito

- 3.1 O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 3.2 Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 3.3 Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- 3.4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

4. Gerenciamento de capital

- 4.1 A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- 4.2 Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3:988/2011, o Sicoob Palmeiras (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.





- 4.3 O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- 4.4 Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Katielle Batista dos Santos Agente de Controle Interno e Risco

Ricardo Wagner de Oliveira Diretor Responsável Risco de Mercado Diretor Responsável p/ Gerenciamento de Capitais.

Alexandro de Lellis Diretor Responsável Risco Operacional

Alexandro de Lellis Diretor Responsável Risco Crédito

